

TEORIA e PRÁTICA

CAMBIAL

Exportação e Importação

4ª edição

São Paulo

**ADUANEIRAS**
INFORMAÇÃO SEM FRONTEIRAS

2010

Copyright © 2010

Editora: Yone Silva Pontes

Assistente editorial: Ana Lúcia Grillo

Diagramação: Helen Fardin, Nilza Ohe e

Paulino dos Santos

Ilustração de capa: Fernanda Napolitano

Revisão: Alessandra Alves Denani

Impressão e acabamento: Graphic Express



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vieira, Aquiles
Teoria e prática cambial : exportação e
importação / Aquiles Vieira. -- 4. ed. --
São Paulo : Aduaneiras, 2010.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7129-556-8

1. Comércio exterior 2. Exportação - Brasil
3. Importações - Brasil 4. Mercado de câmbio
exterior - Brasil 5. Política cambial - Brasil
I. Título.

10-03870

CDD-382.70981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política cambial : Comércio
exterior 382.70981

A ortografia desta obra está atualizada conforme o Acordo Ortográfico
aprovado em 1990, promulgado pelo
Decreto nº 6.583, de 30/09/2008, vigente a partir de 01/01/2009.

2010

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.

SÃO PAULO-SP – 01301-000 – Rua da Consolação, 77

Tel.: 11 2126 9000 – Fax: 11 2126 9010

<http://www.aduaneiras.com.br> – e-mail: livraria@aduaneiras.com.br

Agradecimentos

Agradeço a Deus, à minha esposa Clenira Vota Vieira, aos filhos Milena Vota Vieira e Guilherme Vota Vieira (*in memoriam*), pela compreensão e solidariedade, motivo principal de minha vida. Aos meus amigos, alunos e colegas de trabalho que contribuíram direta ou indiretamente para a execução desta obra.

Aos meus queridos pais, João Zacarias Vieira (*in memoriam*) e Olívia Vieira (*in memoriam*), à sogra, Maria de Lourdes Vota, ao sogro César Vota (*in memoriam*) pelo carinho, amor, solidariedade e apoio.

Um agradecimento especial às cunhadas Anita Vieira, Margarete Vieira, Hilda Maria Vieira e Roseli Vieira pela dedicação, carinho e amor com que, de uma maneira toda especial, não mediram esforços para estar sempre presentes nos últimos momentos mais difíceis da vida de minha mãe. Com carinho, meu muito obrigado a todas. Um beijo no coração!

Sumário

Agradecimentos	3
-----------------------------	---

Apresentação	19
---------------------------	----

Capítulo I

A Internacionalização da Economia Brasileira

1.1. Abertura Econômica dos Anos 90.....	23
1.2. O Plano Real e os Efeitos na Balança Comercial	24
1.3. As Crises no Mercado Internacional.....	27
1.4. A Desvalorização Cambial de 1999	29
1.5. O Desempenho do Setor Externo após a Desvalorização	30

Capítulo II

Principais Blocos Econômicos

1.1. Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta	33
1.2. União Europeia – UE	34
1.3. Mercado Comum do Sul – Mercosul	34
1.4. Associação Latino-Americana de Integração – Aladi.....	35
1.5. Área de Livre Comércio das Américas – Alca.....	36
1.6. Comunidade Andina – CAN	36

Capítulo III

Organismos Comerciais e Financeiros Internacionais

1.1. Banco Mundial.....	39
1.1.1. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Bird	39
1.1.2. Cooperação Financeira Internacional – IFC.....	40

1.1.3.	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos – Miga	41
1.1.4.	Associação Internacional de Desenvolvimento – AID.....	41
1.2.	Fundo Monetário Internacional – FMI	42
1.3.	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	42
1.4.	Organização Mundial do Comércio – OMC.....	43

Capítulo IV

Mercado de Câmbio no Brasil

1.1.	Mercado de Câmbio Manual	46
1.2.	Mercado de Câmbio Sacado	46
1.3.	Mercado de Câmbio Primário.....	47
1.4.	Mercado de Câmbio Secundário.....	47
1.5.	Mercado de Câmbio Futuro.....	47
1.6.	Mercado de Câmbio à Vista (<i>Spot</i>).....	47
1.7.	Mercado de Câmbio Interbancário	47
1.8.	Principais Intervenientes no Mercado de Câmbio	48
1.8.1.	Banco Central do Brasil	49
1.8.2.	Bancos Autorizados a Operar em Câmbio	50
1.8.2.1.	Tipos de Contrato de Câmbio.....	51
1.8.2.2.	Posição de Câmbio.....	53
1.8.2.2.1.	Posição Vendida	54
1.8.2.2.2.	Posição Comprada.....	55
1.8.2.2.3.	Posição por Moeda.....	55
1.8.2.2.4.	Limites de Posição	56
1.8.3.	Empresas que Atuam no Mercado Internacional ..	57
1.8.4.	Corretores de Câmbio.....	58

Capítulo V

Exportação – Aspectos Operacionais

1.1.	A Internacionalização da Empresa	59
1.2.	Promoção Comercial	60
1.3.	Pesquisa de Mercado	60
1.4.	Feiras e Exposições	61
1.5.	A Importância da Exportação na Vida da Empresa	62

1.6. Vantagens da Atividade Exportadora	64
1.7. Exportação Direta e Indireta	65
1.7.1. Exportação Direta	65
1.7.1.1. Comissão de Agente	66
1.7.2. Exportação Indireta.....	68
1.7.2.1. <i>Trading Company</i>	68
1.8. Registro do Exportador	70
1.9. Registro de Exportação	70
1.10. Exportação em Consignação.....	70
1.11. Exportação para Uso e Consumo a Bordo	70
1.12. Exportação Destinada a Feiras e Exposições.....	71
1.13. Declaração Simplificada de Exportação – DSE.....	71
1.14. Registro de Exportação Simplificado – RES	72
1.15. Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex.....	73
1.16. Manutenção dos Recursos no Exterior em Moeda Es- trangeira	73
1.17. Câmbio Simplificado.....	74
1.18. Contrato de Câmbio de Exportação	75
1.18.1. Definição.....	76
1.18.2. Época da Contratação	77
1.18.2.1. Ingresso de Receita de Exportação.....	77
1.18.3. Alteração.....	80
1.18.4. Prorrogação.....	80
1.18.4.1. Para Embarque da Mercadoria.....	81
1.18.4.2. Para Liquidação	81
1.18.5. Cancelamento	82
1.18.5.1. Fase Pré-Embarque.....	82
1.18.5.2. Fase Pós-Embarque	83
1.18.6. Baixa de Contrato de Câmbio.....	85
1.19. Contrato de Câmbio Travado	86
1.20. Liquidação do Contrato de Câmbio	88
1.20.1. Mecanismo de Captação de Recursos Externos .	90
1.20.1.1. <i>Commercial Papers</i>	90
1.20.1.1.1. Vantagens	90
1.20.1.1.2. Desvantagens	90
1.20.1.1.3. Características dos <i>Com-</i> <i>mmercial Papers</i>	91

1.21.8.4. Certificado de Seguro (<i>Insurance Certificate</i>)	102
1.21.8.5. Certificado de Peso (<i>Weight Certificate</i>)	102
1.21.8.6. Certificado de Qualidade (<i>Quality Certificate</i>)	103
1.22. Modalidades de Pagamento na Exportação.....	103
1.22.1. Pagamento ou Recebimento Antecipado	103
1.22.2. Remessa sem Saque	105
1.22.3. Cobrança Documentária	107
1.22.4. Carta de Crédito (<i>Letter of Credit</i>).....	110
1.22.4.1. <i>Checklist</i> para o Exportador.....	112
1.22.4.2. Responsabilidade e Direito das Partes.	114
1.22.4.2.1. Tomador (<i>Applicant</i>).....	114
1.22.4.2.2. Beneficiário (<i>Beneficiary</i>)..	115
1.22.4.2.3. Banco Emissor (<i>Issue Bank</i>)	116
1.22.4.2.4. Banco Avisador (<i>Advising/Notifying Bank</i>).....	118
1.22.4.2.5. Banco Negociador (<i>Negotiating Bank</i>)	118
1.22.4.2.6. Banco Confirmador (<i>Confirming Bank</i>)	119
1.22.4.2.7. “Confirmação Silenciosa” (<i>Silent Confirmation</i>)	120
1.22.4.2.8. Banco Reembolsador (<i>Reimbursing Bank</i>).....	121
1.22.4.3. Tipos de Carta de Crédito	121
1.22.4.3.1. Irrevogável (<i>Irrevogable</i>)... ..	121
1.22.4.3.2. Restrita (<i>Restricted/Straight</i>)	122
1.22.4.3.3. Transferível (<i>Transferable</i>)	123
1.22.4.3.4. Rotativa (<i>Revolving</i>)	123
1.22.4.3.5. Cláusula Vermelha (<i>Red Clause</i>).....	123
1.22.4.4. Formas de Utilização do Crédito	124
1.22.4.4.1. Pagamento à Vista.....	124
1.22.4.4.2. Pagamento a Prazo.....	124
1.22.4.4.3. Aceite no Saque	124
1.22.4.4.4. Negociação	124

1.22.4.5. Apresentação dos Documentos	124
1.22.4.5.1. Prazo para Análise e Recusa de Documentos	125
1.22.4.5.2. Liquidação do Contrato de Câmbio X Carta de Crédito	126
1.22.4.6. <i>Back to Back Credits</i>	126
1.22.4.6.1. Documentos Utilizados na Operação <i>Back to Back</i>	128
1.22.4.6.2. Documentos Necessários pa- ra a Contratação do Câmbio	129
1.22.4.7. Suplemento à Publicação nº 600 – Apresentação Eletrônica.....	129
1.23. Operações Financeiras	130
1.24. Incentivo à Exportação (<i>Drawback</i>)	131
1.25. Roteiro de Exportação	133

Capítulo VI

Standby Letter of Credit

1.1. Evolução da <i>Standby</i>	137
1.2. Aspectos Operacionais da <i>Standby</i>	138
1.2.1. Aplicante (<i>Applicant</i>)	138
1.2.2. Beneficiário (<i>Beneficiary</i>)	139
1.2.3. Banco Emissor (<i>Issue Bank</i>)	139
1.2.4. Banco Confirmador (<i>Confirming Bank</i>)	141
1.2.5. Banco Avisador (<i>Advising Bank</i>).....	141
1.2.6. Banco Negociador (<i>Negotiating Bank</i>)	141
1.3. Transferências dos Direitos a Saques	142
1.4. Cancelamento da <i>Standby</i>	142
1.5. Emenda de uma <i>Standby</i>	143
1.5.1. Automática	143
1.5.2. Não Automática.....	143
1.6. Apresentação dos Documentos.....	144
1.7. <i>Standby Letter of Credit</i> mais Utilizadas.....	144
1.7.1. <i>Performance Standby</i>	144
1.7.2. <i>Bid Bond Standby</i>	146

1.7.3. <i>Advance Payment Standby</i>	147
1.7.4. <i>Commercial Standby</i>	149

Capítulo VII

Mecanismos de Financiamento à Exportação

1.1. Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC	151
1.2. Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE.....	153
1.3. Financiamento de Longo Prazo com Recursos do BNDES	154
1.3.1. BNDES- <i>exim</i> Pré-Embarque Especial.....	154
1.3.1.1. Prazo de Financiamento.....	154
1.3.1.2. Esquema de Amortização	155
1.3.1.3. Carência	155
1.3.1.4. Taxa de Juros	155
1.3.1.5. Garantias do Financiamento	157
1.3.2. BNDES- <i>exim</i> Pré-Embarque	157
1.3.2.1. Taxa de Juros	158
1.3.2.2. Prazo do Financiamento	159
1.3.2.3. Garantias do Financiamento	159
1.3.2.4. Amortização do Financiamento.....	160
1.3.2.5. Comprovação da Exportação	160
1.3.2.6. Penalidades	161
1.3.3. BNDES- <i>exim</i> Pós-Embarque	162
1.3.3.1. Valor do Financiamento.....	163
1.3.3.2. Prazo da Operação	163
1.3.3.3. Taxa de Juros	163
1.3.3.4. Liberação	164
1.3.3.5. Garantias	164
1.4. Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC.....	165
1.4.1. Objetivo.....	165
1.4.2. Beneficiários	165
1.4.3. Risco de Crédito Assumido pelo Fundo	166
1.4.4. Garantias Exigidas	167
1.5. Pré-Pagamento	167
1.6. Programa de Financiamento às Exportações – Proex	169

1.6.1.	Proex Financiamento	169
1.6.1.1.	Prazo do Financiamento	169
1.6.1.2.	Valor do Financiamento	170
1.6.1.3.	Taxa de Juros	170
1.6.1.4.	Forma de Pagamento	170
1.6.2.	Proex Equalização	170
1.6.2.1.	Percentual de Equalização	170
1.6.2.2.	Prazo de Equalização	171
1.6.2.3.	Forma de Pagamento	171
1.7.	Seguro de Crédito à Exportação	171
1.7.1.	Beneficiários	172
1.7.2.	Operações de Curto, Médio e Longo Prazos	172

Capítulo VIII

Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR

1.1.	Instrumentos de Pagamentos através do Convênio	173
1.2.	Pagamentos Efetuados pelo Banco Central	174
1.3.	Garantias Oferecidas pelo Convênio	175

Capítulo IX

Termos ou Condições de Venda – Incoterms

1.1.	EXW – <i>Ex Works</i> – No Local de Fabricação (... <i>Named Place</i>) (... Local Designado)	179
1.2.	FCA – <i>Free Carrier</i> – Franco Transportador (... <i>Named Place</i>) (... Local Designado)	180
1.3.	FAS – <i>Free Alongside Ship</i> – Livre no Costado do Navio (... <i>Named Port of Shipment</i>) (... Porto de Embarque Designado)	180
1.4.	FOB – <i>Free on Board</i> – Posto Livre a Bordo do Navio (... <i>Named Port of Shipment</i>) (... Porto de Embarque Designado)	181
1.5.	CFR – <i>Cost and Freight</i> – Custo e Frete (... <i>Named Port of Destination</i>) (... Porto de Destino Designado)	181
1.6.	CIF – <i>Cost, Insurance and Freight</i> – Custo, Seguro e Frete (... <i>Named Port of Destination</i>) (... Porto de Destino Designado)	181

1.7.	CPT – <i>Carriage Paid to</i> – Transporte Pago até (... <i>Named Place of Destination</i>) (... Local de Destino Designado) ..	182
1.8.	CIP – <i>Carriage and Insurance Paid to</i> – Transporte e Seguro Pagos até (... <i>Named Place of Destination</i>) (... Local de Destino Designado).....	182
1.9.	DAF – <i>Delivered at Frontier</i> – Entregue na Fronteira (... <i>Named Place</i>) (... Local Designado).....	182
1.10.	DES – <i>Delivered Ex Ship</i> – Entregue a Bordo do Navio (... <i>Named Port of Destination</i>) (... Porto de Destino Designado).....	183
1.11.	DEQ – <i>Delivered Ex Quay</i> – Entregue no Cais (... <i>Named Port of Destination</i>) (... Porto de Destino Designado).....	183
1.12.	DDU – <i>Delivered Duty Unpaid</i> – Entregue com Impostos não Pagos (... <i>Named Place of Destination</i>) (... Local de Destino Designado).....	183
1.13.	DDP – <i>Delivered Duty Paid</i> – Entregue com Impostos Pagos (... <i>Named Place of Destination</i>) (... Local de Destino Designado).....	184

Capítulo X

Formação do Preço de Exportação

1.1.	Fatores que Influenciam no Preço de Exportação.....	188
1.2.	Apuração do Preço de Exportação.....	188

Capítulo XI

Importação

1.1.	Aspectos Administrativos.....	191
1.1.1.	Registro da Empresa Importadora	191
1.1.2.	Licença de Importação.....	191
1.1.2.1.	Licenciamento Automático.....	192
1.1.2.2.	Licenciamento não Automático	192
1.2.	Importações Proibidas.....	192
1.3.	Importações Suspensas	192
1.4.	Importações Sujeitas a Controles Especiais.....	192
1.5.	Território Aduaneiro.....	193

1.6.	Centro Logístico e Industrial Aduaneiro – Clia.....	193
1.6.1.	Licença Simplificada de Importação	196
1.6.2.	Declaração de Importação	196
1.6.3.	Declaração Simplificada de Importação – DSI ...	197
1.6.4.	Despacho Aduaneiro	197
1.6.5.	Desembarço Aduaneiro	197
1.6.6.	Comprovante de Importação	198
1.6.7.	Registro de Operações Financeiras – ROF.....	198
1.7.	Regimes Aduaneiros Especiais	198
1.8.	Aspectos Operacionais	201
1.8.1.	Contrato de Câmbio	202
1.8.1.1.	Período de Contratação	202
1.8.1.2.	Alteração	204
1.8.1.3.	Prorrogação	204
1.8.1.4.	Liquidação X Pagamento Antecipado ..	205
1.8.1.5.	Liquidação X Pagamento à Vista	205
1.8.1.6.	Liquidação X Pagamento a Prazo	206
1.8.1.7.	Cancelamento e Baixa.....	207
1.8.1.8.	Importação através de Pagamento Antecipado	208
1.8.1.9.	Importação através de Pagamento à Vista.....	210
1.9.	Abertura e Negociação de Carta de Crédito	211
1.10.	Câmbio Simplificado	212
1.10.1.	Comissão de Agente	212
1.11.	Modalidades de Pagamento na Importação	213
1.11.1.	Carta de Crédito	214
1.11.2.	Cobrança Documentária.....	215
1.11.3.	Remessa sem Saque	217
1.11.4.	Pagamento Antecipado	219
1.12.	Financiamento à Importação	220
1.12.1.	Formas de Financiamento até 360 Dias	221
1.12.1.1.	<i>Buyer's Credit</i>	221
1.12.1.1.1.	Condições de Pagamento ...	222
1.12.1.1.2.	Refinanciamento.....	222
1.12.1.1.3.	Roteiro do Financiamento <i>Buyer's Credit</i>	222

1.12.1.2. <i>Supplier's Credit</i> – Financiamento até 360 Dias	223
1.12.1.2.1. Roteiro de Financiamento <i>Supplier's Credit</i>	224
1.12.1.3. Contratação do Câmbio	225
1.12.1.3.1. Contratação Pronta.....	225
1.12.1.3.2. Contratação Futura.....	225
1.12.1.4. Pagamento das Parcelas do Principal... ..	226
1.12.1.5. Pagamento de Parcelas de Juros	226
1.12.1.6. Liquidação do Contrato de Câmbio.....	227
1.12.2. Financiamento Superior a 360 Dias.....	228
1.12.2.1. <i>Buyer's Credit</i>	228
1.12.2.2. <i>Supplier's Credit</i>	228
1.12.2.3. Registro de Operações Financeiras – ROF.....	229
1.12.2.4. Pagamento de Principal e Juros	229
1.12.3. Financiamento com “Assunção de Dívida de Importação”	231

Capítulo XII

Factoring Internacional

1.1. Evolução do <i>Factoring</i> Internacional.....	237
1.2. Características do <i>Factoring</i> Internacional	238
1.3. Modalidades de <i>Factoring</i> Internacional	239
1.3.1. Aspectos Operacionais.....	240
1.4. Vantagens para o Exportador	241
1.5. Responsabilidades Básicas do Exportador.....	242
1.6. Responsabilidades Básicas do <i>Export Factor</i>	242
1.7. Responsabilidades do <i>Import Factor</i>	243

Capítulo XIII

Capitais Internacionais

1.1. Capitais Brasileiros no Exterior	245
1.2. Evolução do Fluxo de Capitais Internacionais.....	247
1.3. Disponibilidade no Exterior – Aplicação Financeira – Normativo Atual.....	251

1.3.1.	Procedimentos Operacionais	253
1.3.1.1.	Natureza: Disponibilidade no Exterior – Saída (Pessoa Física).....	253
1.3.1.2.	Natureza: Disponibilidade no Exterior – Saída (Pessoa Jurídica).....	254
1.3.1.3.	Natureza: Pagamento de Mútuo – Prin- cipal e Juros – Saída Pessoa Jurídica ...	254
1.3.2.	Repatriação dos Recursos.....	254
1.4.	Balço de Pagamentos	255
1.5.	Investimento Direto no Exterior	257
1.5.1.	Investimento em <i>Portfolio</i>	258
1.5.1.1.	Mercado de Capitais – Tratado Mercosul	258
1.5.1.2.	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> – ADR .	259
1.5.1.3.	Fundo de Investimento no Exterior	259
1.5.1.4.	<i>Depositary Receipts</i> – DR	260
1.5.1.5.	<i>Stock Options</i>	260
1.6.	Capitais Estrangeiros no País	260
1.6.1.	Investimento Direto no Brasil	260
1.6.1.1.	Investimento em Moeda	261
1.7.	<i>Hedge</i> Cambial	261
1.8.	Paraíso Fiscal.....	261
1.9.	Empresas <i>Off Shore</i>	263
1.10.	<i>Leasing</i> Internacional	264
1.11.	Aspectos Fiscais – Tributação	265
1.11.1.	Rendimentos Auferidos Originalmente em Reais	265
1.11.2.	Rendimentos Auferidos Originalmente em Moe- da Estrangeira.....	266
1.11.3.	Apuração e Recolhimento do Imposto	268
1.11.3.1.	Ganhos de Capital	268
1.11.3.2.	Rendimentos.....	269
1.11.4.	Moeda Estrangeira Mantida em Espécie	269
1.11.4.1.	Apuração e Recolhimento do Imposto – Em Espécie.....	270
1.11.5.	Conversão de Moeda Estrangeira	270
1.11.6.	Declaração de Ajuste	270
1.11.7.	Não Incidência de Imposto de Renda.....	270

1.12. Transferência Internacional em Moeda Nacional	271
1.12.1. Das Contas	271
1.12.2. Transferências – Procedimentos	273
1.12.3. Formas de Movimentação da Conta	273
1.13. Pagamento de Importações em Reais.....	274
Bibliografia.....	277

Apresentação

A abertura da economia brasileira no início da década de 1990 e a edição do Plano Real propiciaram um incremento do comércio exterior brasileiro, principalmente no que diz respeito às exportações. Neste sentido, as constantes oscilações econômicas e políticas têm provocado mudanças rápidas nas regras de comércio exterior.

Por isso, torna-se imprescindível que os profissionais da área de comércio exterior tenham perfeito conhecimento e domínio da regulamentação promovida pelo Banco Central do Brasil e das regras estabelecidas pela Câmara de Comércio Internacional.

No Capítulo I, apresenta-se o histórico da abertura da economia brasileira, suas relações com o mercado internacional, bem como as principais decisões das autoridades monetárias no sentido de buscar a estabilização da economia brasileira por meio de um melhor gerenciamento das finanças internas e externas.

Os principais blocos econômicos e os organismos comerciais e financeiros internacionais são abordados nos Capítulos II e III, além do modo de apresentar aos interessados o funcionamento e a importância que representam no desenvolvimento das atividades relacionadas ao comércio internacional.

No Capítulo IV, cientificam-se os interessados sobre a estrutura do mercado de câmbio no Brasil e seu funcionamento, quando se destacam as principais atribuições e regulações dos participantes. Portanto, faz-se necessário o devido entendimento do funcionamento da posição de câmbio e seus efeitos no fluxo de caixa em moeda nacional e em moeda estrangeira, no sentido de maximizar os resultados das operações cursadas por meio desse mecanismo.

Já, no Capítulo V, demonstra-se a importância dos aspectos práticos e operacionais da exportação como ferramenta vital para o bom desempenho e garantia de liquidez das operações no mercado internacional, também proceder-se uma análise comparativa entre a legislação e a prática de mercado, demonstrando a relevância como maneira de dinamizar as exportações brasileiras, a participação das micro e pequenas empresas que hoje se encontram extremamente baixas se comparadas, por exemplo, com a de vários países do Mercado Comum Europeu.

O Capítulo VI evidencia a importância das garantias bancárias internacionais através da emissão de cartas de crédito *standby* como mecanismo de proteção contra riscos comerciais e políticos para exportadores, importadores e bancos.

Os mecanismos de financiamentos às exportações de curto e longo prazo, assim como as garantias são abordados no Capítulo VII detalhadamente, propiciando aos exportadores a busca de capital de giro de acordo com o perfil e a necessidade de cada empresa.

O Capítulo VIII trata do Convênio de Créditos Recíprocos como instrumento de pagamento, cujas garantias oferecidas pelos Bancos Centrais dos países conveniados são realizadas gratuitamente, minimizando os custos envolvidos nas operações.

Os Capítulos IX e X abordam os termos ou condições de venda denominados de Incoterms, os quais definem a responsabilidade das partes envolvidas na operação, além dos fatores que influenciam no preço de exportação.

Os aspectos teóricos, práticos e operacionais da importação são abordados no Capítulo XI, abrangendo, inclusive, os financiamentos de curto e longo prazos, além do mecanismo de financiamento com assunção de dívida, demonstrando os diversos passos até a liquidação final.

No Capítulo XII, apresentam-se as modalidades, o funcionamento e as vantagens da utilização do *Factoring* Internacional como mecanismo de financiamento às exportações direcionado às micro e pequenas empresas.

No Capítulo XIII, procura-se demonstrar a evolução e as características dos Capitais Brasileiros no Exterior e das Transferências Internacionais em Reais – TIR, além dos aspectos operacionais e de natureza fiscal, cujo mecanismo é largamente utilizado no Brasil, porém muito pouco divulgado, sendo conhecido, normalmente, apenas pelos profissionais do setor bancário que atuam diretamente na área de *Private Banking*.

Por fim, este livro tem como objetivo compilar diversos assuntos imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades dos profissionais que atuam na área de comércio exterior, servindo ainda como fonte de pesquisa para os estudantes de graduação de áreas afins.

Capítulo I

A Internacionalização da Economia Brasileira

1.1. Abertura Econômica dos Anos 90

A década de 1990 foi marcada por mudanças relevantes na política de comércio exterior brasileira, cujo processo de abertura comercial iniciou-se no governo Collor, através de uma nova ordem mundial, a globalização, caracterizada pela integração de países, principalmente por intermédio de acordos bilaterais e multilaterais.

Esta abertura provocou grande aumento do grau do risco das empresas brasileiras, principalmente quanto à concorrência externa. Neste sentido, fez-se necessário que se iniciasse uma série de reestruturações, objetivando a busca por maiores níveis de eficiência operacional, de produtividade e competitividade para fazer frente aos concorrentes internacionais.

Assim, o governo da época tomou algumas medidas com o objetivo de incentivar a competitividade, dentre elas, criou o Programa de Competitividade Industrial e o Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade como diretrizes gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior. Tais medidas visavam ao direcionamento de recursos financeiros em programas de qualidade, aprimoramento tecnológico destinado à racionalização das linhas de produção e substituição de processos.

É importante ressaltar que, ao compararmos a recessão verificada no período entre 1981 a 1983 com a abertura comercial dos anos 90, se observa que as empresas naquele período preocuparam-se apenas em fazer ajustes financeiros e patrimoniais, pois, para compensar a redução da margem operacional, buscavam ganhos no mercado financeiro, tendo em vista as altas taxas de juros praticadas

no mercado à época, enquanto que, nesse último período, todos os esforços de reestruturação foram direcionados na busca de competitividade, eficiência e qualidade como modo de aumentar ou manter as exportações em igualdade de condições com os demais participantes do mercado.

Porém, observa-se que não houve uma conjunção de forças entre as autoridades governamentais e as empresas com o intuito de definir uma política setorial voltada a projetos de ampliação substancial da capacidade produtiva e ao desenvolvimento de novos produtos de maneira organizada, objetivando proteger os seguimentos ameaçados pela competição externa. Nesse ambiente, cada empresa buscou, de maneira isolada e desorganizada, alternativas de ajustes modernizantes, visando buscar rapidamente uma posição de destaque no mercado internacional.

Com a instituição, em 1990, da Política Industrial e de Comércio Exterior, grande parte das barreiras não tarifárias foi extinta, estabelecendo-se no período entre 1990 a 1994 um cronograma de redução de tarifas de importação. Tais reduções seriam efetuadas de maneira gradual, devendo no final daquele período a tarifa máxima ser de 40%. Contudo, tal cronograma foi alterado em outubro de 1992, efetuando-se uma antecipação das reduções previstas para os dois anos seguintes (1993 e 1994).

A Tabela 1 mostra claramente a redução da alíquota média do imposto de importação até 1994, refletindo os avanços no processo de abertura comercial brasileiro.

TABELA 1 – IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Ano	1990	1991	1992	1993	1994
Alíquota Média Simples	32,1	25,2	20,8	16,5	14,0

Fonte: Bumann (1998).

1.2. O Plano Real e os Efeitos na Balança Comercial

O Plano Real, comparativamente aos demais planos, é considerado o mais bem-sucedido plano de estabilização econômica, principalmente no que diz respeito à redução e ao controle da infla-

ção,¹ por exemplo, a taxa de inflação no período de setembro de 2001 a agosto de 2002 foi de, aproximadamente, 9,90%, medida pelo IGP-DI,² ao passo que um mês antes do Plano Real a inflação média mensal estava próxima a 50,0%.

A abertura comercial que iniciou em 1990, segundo Lanza-na (1998),³ foi a grande marca do Plano Real. Conjugando um processo de redução significativa de alíquotas de importações com apreciação cambial, a estratégia de estabilização foi extremamente dependente do setor externo, caracterizado por forte pressão da demanda interna e relevante incremento das importações, as quais desempenharam papel fundamental no aumento da oferta de bens, limitando sobremaneira a possibilidade de elevação dos preços no mercado doméstico.

Nesse contexto, a queda da inflação favoreceu as camadas de menor poder aquisitivo da população, possibilitando-lhes, assim, o retorno ao crediário, principalmente na área de bens de consumo duráveis, a preços mais acessíveis. Nesse ambiente, a preocupação das empresas em reduzir seus custos, com o objetivo de enfrentar a concorrência externa, levou-as a utilizarem insumos importados e a adquirirem bens de capital no exterior, principalmente pela necessidade de modernização.

A expansão da demanda, conjugada com a apreciação da taxa de câmbio, trouxe, rapidamente, algumas dificuldades para o setor externo brasileiro: no primeiro ano do Real as importações cresceram mais de 70% em relação aos 12 meses anteriores, e, no mesmo período, as exportações cresceram 20%. Assim, a partir de novembro de 1994 começou a surgir déficit na balança comercial. De acordo com o gráfico, a seguir, a balança comercial durante o período 1995/2000 chegou a um déficit ao redor de US\$ 24,2 bilhões, en-

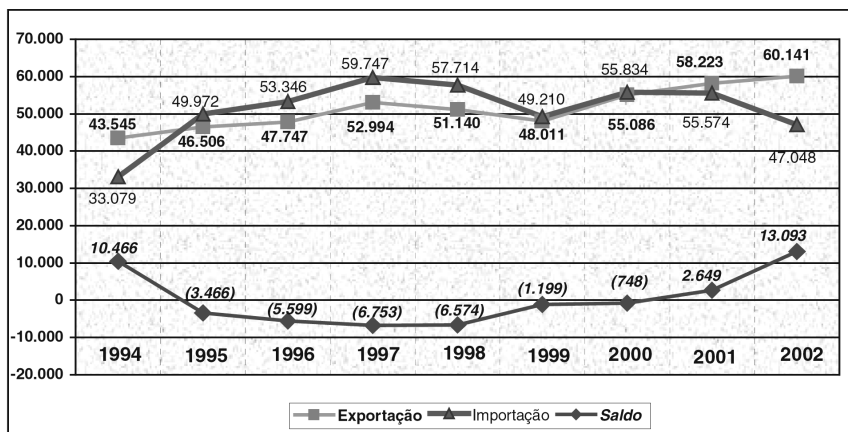
¹ É importante salientar que os principais motivos do sucesso da redução e controle da taxa de inflação foram o processo de desindexação, a âncora cambial, a política de redução de tarifas públicas e o saldo de reservas líquidas internacionais.

² Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

³ LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. *Manual de Economia*. São Paulo: 1998. Capítulo 21.

quanto que entre 1990 e 1994 acumulou um superávit de aproximadamente US\$ 64 bilhões.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – US\$ MILHÕES



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil.

A partir de maio de 1995, o governo optou pela política de bandas cambiais, acompanhando a evolução dos preços por atacado, e pela utilização de instrumentos que permitissem reduzir o nível de atividade econômica, para diminuir as pressões sobre as importações. Para isso, o governo adotou uma série de medidas na área monetária, tais como:

- a) aumento substancial do depósito compulsório;
- b) limitação de prazos de financiamento; e
- c) aumento da taxa de juros, tendo como resultado final uma forte contração de crédito e um aumento substancial do custo do dinheiro.

Nessa diretriz, a situação externa brasileira foi favorecida por uma significativa entrada de capitais estrangeiros, atraídos por um diferencial extremamente elevado entre as taxas de juros interna e externa. Num primeiro momento, grande parte desse capital era constituída de recursos de curto prazo. Entretanto, em virtude das condições internacionais de liquidez e da necessidade de elevar o